

11.dezembro.2014 – 17h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

**Entidade:** **Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP)**  
Dr. Rogério Jóia (Presidente) e Dr. António Júlio Nunes (Gabinete Jurídico)

**Recebidos por:** **Grupo de Trabalho do Desporto:** Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Pedro Pimpão e Paula Gonçalves (PSD), Laurentino Dias e António Cardoso (PS) e Artur Rego (CDS-PP)

**Exposição:** O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, saudou os representantes da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e agradeceu a presença na audição, explicitando o enquadramento em que a mesma foi agendada.

O Sr. Presidente da [Autoridade Antidopagem de Portugal](#) (ADoP) começou por fazer uma breve apresentação do seu percurso profissional, referindo-se, seguidamente, à missão e atribuições da ADoP, seu funcionamento e fases de intervenção, e fez referência às alterações recentemente introduzidas no regime jurídico da luta contra a dopagem, nomeadamente no que se refere à possibilidade de outros profissionais de saúde, a par dos médicos (enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica credenciados pela ADoP) poderem realizar controlos de dopagem.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Artur Rêgo (CDS-PP), que agradeceu a exposição e colocou algumas questões, designadamente sobre a realidade em Portugal, no que se refere ao combate ao doping, sobre a avaliação que faz do trabalho da ADoP, sobre a forma como tenciona desenvolver a sua atividade, no sentido de a tornar mais inovadora, e sobre a legislação portuguesa nesta área, quando comparada com a legislação e com as boas práticas de outros países.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) cumprimentou a delegação, afirmando que o sucesso da missão da ADoP é também o sucesso do país. Manifestou a sua disponibilidade para colaborar e colocou algumas questões, nomeadamente sobre as perspetivas de futuro e sobre os principais desafios e constrangimentos da ADoP, sobre eventuais alterações que devam ser efetuadas, sobre os resultados do Programa Nacional Antidopagem e ainda sobre a componente internacional.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) agradeceu a presença e disse estranhar que não tenha sido efetuado um ponto de situação relativamente à adequação de Portugal ao Código Mundial Antidopagem, que entra em vigor em 2015, pelo que perguntou se a ADoP já apresentou propostas neste âmbito. Colocou também algumas questões relativas ao passaporte biológico e ao número de amostras registadas em 2014 e manifestou ainda discordância relativamente à alteração ao regime jurídico da luta contra a dopagem, entendendo que, na generalidade dos países, as equipas de controlo são constituídas por médicos. Para terminar, perguntou se o coordenador científico interino, Dr. João Ruivo, vai continuar em funções e referiu-se à publicação dos dados estatísticos sobre exercícios de doping, afirmando que não têm sido atualizados no site da ADoP.

A Sra. Deputada Paula Gonçalves (PSD) saudou a delegação da ADoP e colocou algumas questões, nomeadamente sobre as alterações ao Código Mundial Antidopagem que entendem dever ser vertidas na legislação nacional, sobre os constrangimentos que percecionam na legislação portuguesa e ainda sobre as modalidades que se destacam, no que ao doping diz respeito.

O Sr. Deputado António Cardoso (PS) destacou o trabalho da ADoP na luta pela procura da verdade desportiva e pela saúde dos atletas e questionou sobre as prioridades da ADoP e sobre se a campanha de prevenção antidoping se vai manter.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Em resposta às questões colocadas, o Sr. Presidente da ADoP começou por reconhecer o trabalho do seu antecessor, que considerou meritório, e afirmou que tenciona inovar em áreas que podem ser melhoradas, de entre as quais destacou a prevenção. Afirmou que esta aposta começou pelo ciclismo, por ser uma modalidade com elevado número de casos positivos. Para além da prevenção e também da fiscalização, mencionou que a ADoP vai incrementar a formação junto das escolas e dos clubes.

Referiu que o número de controlos efetuados em Portugal é, em termos percentuais, superior à média da União Europeia e, relativamente ao sistema ADAMS, afirmou que vai ser incluído na próxima lei antidopagem, tal como pretendia a ADoP. Fez ainda alusão à estrutura da ADoP, que funciona junto do IPDJ, e disse esperar que possa autonomizar-se, tendo já apresentado uma proposta nesse sentido ao Conselho Diretivo do IPDJ.

No que diz respeito ao painel de peritos do passaporte biológico, entendeu que deveria passar a designar-se Comissão de Validação de Resultados, uma vez que os membros que o integram têm como competência a validação dos dados enviados pelo laboratório. Por outro lado, referiu, a deliberação proveniente de uma Comissão terá, em juízo, um peso superior relativamente à decisão de um perito.

Afirmou que em 2014 foram recolhidas 2916 amostras e referiu que o Plano Nacional Antidopagem 2015 está a ser elaborado, prevendo-se algumas alterações ao nível dos critérios. Os planos de controlo serão efetuados em função das várias modalidades, de acordo com a percentagem de risco sobre as mesmas.

Fez ainda alusão às ações de cooperação internacional, nomeadamente na área da formação, e relativamente ao novo Código Mundial Antidopagem, mencionou que as propostas foram remetidas ao gabinete do Sr. Secretário de Estado do Desporto e Juventude, onde se encontram há cerca de um mês e meio. Manifestou preocupação em relação a esta questão, uma vez que o Código tem de estar em vigor até 31 de janeiro de 2015. Relativamente às propostas apresentadas, estas pretendem adequar a ADoP ao que deve ser o desenvolvimento normal da sua atividade, com a criação de estruturas que devem estar previstas na lei.

Relativamente ao passaporte biológico, sublinhou que foram identificados 7 casos e disse esperar que possam aumentar, sendo que tenciona estendê-lo a outras modalidades, incluindo o futebol. No que concerne aos médicos responsáveis pelo controlo de dopagem (MRCD), considerou que um enfermeiro ou um técnico de análises é tão responsável como um médico, sendo esta prática já utilizada na Suíça, na Alemanha, em Inglaterra, entre outros.

Respondendo à questão sobre a situação do Dr. João Ruivo, esclareceu que o caso se encontra para decisão, no gabinete do Sr. Secretário de Estado, fazendo referência à sua intenção de abandonar o cargo, caso não sejam revistas as suas condições, nomeadamente, remuneratórias.

Terminou, transmitindo que iria averiguar junto dos serviços qual a periodicidade da divulgação da informação sobre o número de controlos, para posterior informação aos Senhores Deputados.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 11 de dezembro de 2014

A assessora  
*Cristina Tavares*